**Direitos e
deveres das
“blusas verdes”
na Ação
Integralista
Brasileira:
“A mulher tem
deveres do seu
sexo e direitos da
sua vocação”**

**Helisangela Maria
Andrade Ferreira¹**

¹ Mestranda em História Social da Cultura Regional na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pesquisa financiada pelo Capes/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
E-mail: helly_andrade@hotmail.com

**Rights and duties of
the "green blouse" in
the Brazilian
Integralist Action:
"The woman has
duties of his sex and
rights of his vocation"**

<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v7n11.2016.64807>

Resumo:

O presente artigo analisa a participação das mulheres pernambucanas no movimento integralista na década de 1930. Através da documentação presente no Departamento de Ordem Política e Social, foi possível reconstruir esse imaginário integralista em relação à participação feminina. Foi um movimento que atrelava as mulheres às questões ligadas à natureza feminina, estando o marido, a casa e os filhos como sendo dever apenas feminino. Dessa maneira, as mulheres fizeram parte de um movimento político assumindo que o lar era o local mais apropriado para que elas pudessem contribuir com o futuro do país.

Palavras-chave: Mulheres, Política, Pernambuco, Integralismo.

Abstract:

This article analyzes the participation of Pernambuco women in the integralist movement in the 1930s. Through the documentation in the Department of Political and Social Order, it was possible to reconstruct this integralist imaginary in relation to female participation. It was a movement that touched women issues related to the feminine nature, being the husband, the house and the children as being only feminine duty. In this way, women were part of a political movement assuming that the home was the most appropriate place for them to contribute to the future of the country.

Keywords: Women, Political, Pernambuco, Integralist.

Considerações iniciais

A participação das mulheres na política é uma reivindicação que remonta a séculos de luta. Em pleno século XXI ainda nos deparamos com o número reduzido de mulheres na política. Segundo dados de fevereiro de 2015, em comparação com países da América Latina, o Brasil ocupa o 19º lugar e, quando essa comparação se estende ao nível global, a disparidade é ainda maior, ocupando a posição 158º. (PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER, 2015). Levando em consideração que a Lei 9.504 de 1997 estabelece um percentual mínimo de 30% de candidaturas para cada sexo, nenhum dos sexos pode dispor de mais de 70%. Ainda assim, as mulheres estão em desvantagem no cenário político.

A questão do sexismo, na maioria das vezes, limita e segrega esse espaço de poder e de atuação das mulheres. Quando falamos em sexismo, nos referimos às atitudes discriminatórias baseadas no sexo ou no gênero. Apenas em 2011 uma mulher chega à presidência do Brasil. Dilma Rousseff entra para a história e incentiva muitas outras mulheres a compor esse espaço. Entretanto, ainda hoje tem-se a ideia de que as mulheres não se interessam por política, pois nesse espaço ainda predomina a inserção masculina, o que só reforça essa visão sexista.

Joan Scott (1991), historiadora feminista, é uma das referências em estudos de gênero, discutindo o gênero como uma categoria de análise. A sociedade divide os papéis sociais baseados no sexo e, para Scott, os historiadores reconheceram que deveria ser escrita uma história das mulheres, mas, posteriormente, houve um confinamento desses estudos, como se essa história fosse separada. Nesse sentido, o gênero deveria ser posto em categoria de análise (SCOTT, 1991, p. 4). O termo gênero foi empregado como sinônimo de mulheres, tendo um caráter menos político, enquanto a história das mulheres carrega uma responsabilidade maior. Como aponta Scott:

Enquanto o termo “história das mulheres” proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo “gênero” inclui as mulheres, sem lhe nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça (1991, p. 4).

O termo “história das mulheres” assume um posicionamento reconhecendo que temos uma história, mas aonde estamos nos livros dessa História? Esse lugar de fala foi cerceado pelas mãos de quem conduziu a escrita da História, é necessário que essas narrativas sejam revisitadas em busca de novas interpretações.

O gênero é utilizado para nomear as relações sociais entre os sexos, sendo ainda uma criação inteiramente social das ideias sobre os papéis de homens e mulheres. O papel das mulheres durante o final do século XIX e início do XX esteve fortemente ligado à casa e aos filhos; já o dos homens, ao espaço da rua e à responsabilidade de trazer o sustento.

Baseado na crença de uma natureza feminina, que dotaria a mulher biologicamente para desempenhar as funções da esfera da vida privada, o discurso é bastante conhecido: o lugar da mulher é o lar, e sua função consiste em casar, gerar filhos para a pátria e plasmar o caráter dos cidadãos de amanhã. Dentro dessa ótica, não existiria realização possível para as mulheres fora do lar; nem para os homens dentro de casa, já que a eles pertenceria a rua e o mundo do trabalho (MALUF; MOTT, 1998, p. 373-374)¹.

A casa é considerada como sendo um lugar seguro e as mulheres deveriam se sentir realizadas nesse espaço, já os homens pertencem à rua e ao mundo do trabalho, algo diferente disso não seria apropriado às suas necessidades. Essas mulheres a que estamos nos referindo pertenciam às camadas médias e altas da sociedade, pois a mulher pobre exercia atividades remuneradas por necessidade. Por conta disso, as mulheres que ousaram fazer parte da política não foram bem vistas pela sociedade, já que esse era um espaço público.

Nísia Floresta² e Josefina Alvares de Azevedo³, em meados do século XIX, reivindicaram o direito de participação na sociedade e ressaltavam a importância de uma educação qualificada e uma maior participação nas decisões políticas como o direito ao voto feminino. As mulheres queriam ter as mesmas oportunidades que os homens na sociedade da época e o direito de escolher qual caminho queriam seguir. E seguiram tentando, como foi o caso da pernambucana Celina Nigro, a primeira mulher a se alistar para ter o direito ao voto, segundo o Diário de Pernambuco:

Em Pernambuco, a primeira representante do belo-sexo que solicitou a sua admissão no alistamento eleitoral do Estado foi a aplaudida virtuose do canto senhorita Celina Nigro que acha qualificada desde 28 de dezembro último⁴.

Ela se qualifica para o voto em 28 de dezembro de 1932. Naquele mesmo ano, em 24 de fevereiro, no governo do então presidente Getúlio Vargas, as mulheres poderiam votar,

¹ O artigo “Recônditos do mundo feminino”, de autoria de Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, aborda questões referentes à mudança do comportamento feminino, às mulheres das camadas médias e altas urbanas passam a ocupar o espaço da rua com mais frequência, a usar cortes de cabelo curtos, fazer questionamentos em torno do casamento e etc. MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. República: da Belle époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3.

² Estreou nas letras através do jornal *Espelho das Brasileiras*, dedicado às senhoras pernambucas e que pertencia ao tipógrafo francês Adolphe Emille de Bois Garin. Durante trinta números do jornal (de fevereiro a abril), colabora com artigos que tratam da condição feminina em diversas culturas. FLORESTA, Nísia. *Dados biográficos*. Disponível em: <<http://www.editoramulheres.com.br/cartasnisia.htm>> Acesso em: 08 jan. 2013.

³ Nascida no Recife em 05 de março de 1851 dedicou sua obra jornalística e literária em função da militância pelos direitos das mulheres. Fundou o jornal *A Família* e defendia a educação como requisito para a elevação do status das mulheres. AZEVEDO, Josefina Alvares de. *Vida*. Disponível em: <<http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/catalogo/josefinavida.html>> Acesso em: 08 jan. 2013.

⁴ A primeira eleitora pernambucana. *Jornal Diário de Pernambuco*. Recife, Sexta-feira, 6 de janeiro de 1933. p. 3.

mas com algumas ressalvas. Apenas as mulheres casadas poderiam votar, com autorização dos seus cônjuges, e solteiras e viúvas que tivessem alguma renda. Já em 1934 não havia mais restrições em relação ao voto feminino, mas apenas os homens eram obrigados a votar (BRASIL, 1932). Percebemos que as mulheres pobres estavam descartadas do processo eleitoral e, ainda, que se trabalhassem em funções que não tivessem como comprovar a renda, esse direito ficaria inacessível.

O movimento integralista surgiu na década de 1930 na cidade de São Paulo e teve como mentor das suas principais ideias Plínio Salgado. O documento conhecido como manifesto de outubro de 1932 marca a inauguração do movimento integralista, tendo como estado-sede São Paulo. Desde a fundação do movimento integralista em 1932, as mulheres estiveram presentes, sendo essa participação crescente a cada ano. Muitas mulheres adentravam o movimento por intermédio dos seus maridos e familiares, que tinham conhecimento da doutrina e que posteriormente as levavam. Na sua gênese, se constitui como um movimento cultural que tinha como finalidade apresentar uma nova ordem política, social e econômica, e que não pretendia se restringir à intelectualidade, mas atingir as massas. A pretensão do manifesto (SALGADO, 1932) seria de propor ideias novas para a realização, no Brasil, de um novo Estado e uma nova ordem social que refletissem as realidades nacionais e, ao mesmo tempo, obedecessem ao ritmo universal da transformação dos antigos quadros ideológicos.

Plínio queria ser ouvido por toda a nação, pelos operários, sindicatos de classe, homens de cultura e pensamento, mocidade das escolas e das trincheiras – as classes armadas. O movimento integralista já nasce com grandes pretensões que seriam a mudança da realidade de um país. Naquele momento, havia um apelo em torno de três pontos que viriam a chamar a atenção de uma boa parte da sociedade cujas figuras seriam Deus, Pátria e Família.

As mulheres integralistas eram chamadas também de blusas verdes em alusão aos seus uniformes, que usavam nas reuniões e solenidades que aconteciam dentro do movimento integralista.

As mulheres deveriam fazer parte desse modelo de nação, pois deveriam criar seus(suas) filhos(as) com uma forte base religiosa e, de preferência, católica; despertar desde cedo nas crianças o amor à pátria e o conhecimento da história do Brasil; e, por último, ser na família o esteio em meio à sociedade. A inserção das mulheres no movimento integralista abriu precedentes para proporcionar às mulheres outras experiências, desde que seguissem o modelo de mãe, esposa e dona de casa.

Devemos levar em consideração que o movimento integralista era de Extrema Direita, sendo anticomunista, autoritário e nacionalista. Tais características estavam presentes no modo como as ordens eram repassadas aos núcleos integralistas. Os integralistas tinham como missão a construção do estado integral, sendo o povo educado e

disciplinado no movimento. Para eles, o comunismo⁵ seria a ruína da sociedade, por isso deveria ser combatido. Com base nisso, a integralista pernambucana Anita Pires se manifesta em um comício no bairro de Casa Amarela: “profligou em linguagem veemente os torpes processos que veem sendo postos em prática pelo comunismo, na sua campanha nefasta contra a nação⁶”.

Apesar do movimento integralista exaltar o lar como sendo o lugar mais adequado para as mulheres, elas também estavam nas ruas tentando convencer outras mulheres do seu papel na sociedade. A mulher, para o movimento, era a guardiã do lar e da nação, sendo direcionadas suas atividades com essa finalidade da ligação com o privado. Ensinar as primeiras letras tornava a mulher tão importante quanto o homem, tanto que Plínio Salgado (1947), em sua obra *“A Mulher no século XX”*, afirma que o homem e a mulher se complementam, mas um não pode exercer o papel físico que ao outro cabe na economia da espécie, ou seja, ao sexo feminino cabe a missão de ser mãe, esposa e dona de casa e, ao sexo masculino, o de suprir o sustento familiar, evitando, assim, que a mulher seja obrigada a ocupar os espaços públicos.

A inserção feminina num movimento de cunho familiar foi uma estratégia de direcionar o papel das mulheres na sociedade. O movimento integralista não apoiava as mulheres que tinham como desejo a emancipação. Os gêneros masculino e feminino eram considerados diferentes e cada um deveria assumir seu papel social. Lídia Possas (2012) apresenta uma análise bastante interessante em relação à inserção de mulheres em movimentos políticos femininos como foram o movimento integralista e as marchadeiras. Ambos em defesa da família e de Deus, em que as mulheres assumem papéis e posicionamentos diante da conjuntura política tanto de 1930, como de 1960.

Nesse sentido, a presente pesquisa se debruça sobre os núcleos integralistas do estado de Pernambuco e a participação feminina neles. Para a realização da presente pesquisa foram feitos levantamento, estudo e discussão historiográfica acerca do tema proposto. O acervo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), localizado no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) no estado de Pernambuco, é a nossa maior fonte documental. Na época das atividades da AIB (Ação Integralista Brasileira), a atuação desse órgão governamental foi de censura a esse movimento que, *a priori*, apoiava o governo de Vargas e, posteriormente, passou a ser uma ameaça. Há uma série de prontuários de municípios diversos do estado de Pernambuco que nos fornecem diferentes informações a respeito das atividades dos núcleos integralistas.

Essa rede de informações foi tecida ao longo do desenvolvimento da pesquisa,

⁵ “O comunismo destrói a família para melhor escravizar o operário ao Estado; destrói a personalidade humana, para melhor escravizar o homem à coletividade; destrói a religião para melhor escravizar o ser humano aos instintos; destrói a iniciativa de cada um, mata o estímulo, sacrifica a humanidade inteira por um sonho falsamente científico”. BARROSO, Gustavo. *O que o Integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935. p.27.

⁶ *Jornal Ação*. Quinzenário da propaganda integralista. Recife, 14 de Outubro de 1934.

sendo possível ter acesso a uma série de dados e movimentações dos integralistas. Podemos citar: o livro de Adidos, relatório de investigadores, informes, organização dos núcleos e principais atividades. Nos prontuários funcionais, divididos por núcleos integralistas, de cada município, é possível ter acesso a nomes, endereços, fichas de inscrições, fotografias, cartas pessoais, bilhetes, hinos, letras de músicas, recorte de jornais, selos, documentos eleitorais e pedaços de bandeira integralista, etc. Alguns integralistas que foram detidos pela DOPS para averiguação têm suas fichas individuais com informações e depoimentos dos acusados de ter alguma ligação com o movimento.

A leitura de jornais da época também foi importante para compreender a atuação desse movimento que atingiu milhares de pessoas. *Diário de Pernambuco*, *Diário do Nordeste*, *Folha da Manhã*, *Jornal do Commercio* e *Jornal Pequeno* eram veículos de comunicação que veiculavam notícias a respeito das atividades dos integralistas, principalmente, o *Jornal Pequeno*. Encontramos na Biblioteca Pública e no acervo de jornais do APEJE alguns exemplares de jornais integralistas como: *A voz do Sigma*, *O Braço Verde*, *A Offensiva*, *Ação Integralista Brasileira*, *A Razão* e *A Acção*.

A documentação nos apresenta núcleos, que revelam os dados, devidamente organizados, pois segundo as diretrizes do próprio movimento, deveriam ser enviadas informações atualizadas mensalmente. Denotando assim um controle de quem entrava e saía dos núcleos, em algumas reuniões eram relatados os ocorridos e, muitas vezes, os desentendimentos. Devemos levar em consideração que era um movimento político que agregava pessoas de norte a sul do Brasil, composto por homens, mulheres e crianças. Pessoas que foram educadas pelos mais diversos valores e crenças que se apropriaram das ideias integralistas da maneira que lhes foram convenientes.

As atividades do Departamento Feminino da AIB-PE

As mulheres integralistas⁷ desempenhavam um papel relevante na Ação Integralista Brasileira, movimento no qual tiveram oportunidade de desempenhar funções assistenciais e muitas vezes ocupar os espaços públicos, situação que, em meados de 1930, seria inadequada para as mulheres. O movimento era organizado em departamentos e secretarias nucleares com funções distintas. Havia, por exemplo, a Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos, na qual as mulheres desempenhavam vários papéis.

Sabe-se que o integralismo foi um movimento que abarcou nas suas fileiras muitos adeptos, sendo assim um movimento numeroso que se espalhou pelo país rapidamente,

⁷ Ver: FERREIRA, Helisangela Maria Andrade. Entre usos e táticas: a conquista do espaço público pelas “blusas verdes” na cidade do Recife (1932-1937). In: BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Política para as mulheres. *8º prêmio Construindo a Igualdade de Gênero* (Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados), 2013, p. 173-187. Disponível em:

http://estatico.cnpq.br/porta/premios/2014/ig/pdf/spm_8premio_web.pdf. Acesso em: jun. 2013.

tendo muitos núcleos em diferentes cidades, como foi o caso de Recife que, em novembro de 1932, lança o manifesto do núcleo da Faculdade de Direito⁸, em uma forma de apoiar o manifesto lançado por Plínio Salgado. Na Província de Pernambuco, como era chamado o estado pelos integralistas, foi inaugurado também um núcleo feminino.

Instalou-se solenemente no dia 18 do corrente ano, em sua sede à rua Barão de São Borja, 98, o Departamento Feminino. Presidiu a reunião o chefe provincial, ladeado pelo secretário do D. P. O. P., e por Anita Pires, nomeada secretaria geral do D. F., que já conta com numerosas adeptas⁹.

Percebemos que as mulheres que ocupavam cargos de chefia ou mesmo que proferiam discursos eram letradas, algumas professoras faziam parte do movimento, profissão considerada adequada para a mulher da época. “Na última reunião apresentou um interessante trabalho sobre a doutrina integralista a companheira Professora Maria de Lourdes Mousinho que focalizou ainda com precisão e inteligência o papel da mulher no integralismo¹⁰”.

As blusas verdes deveriam estar dispostas a defender as ideias do movimento independentemente do local onde estivessem. Esse foi o caso de Letícia Ferreira Lima, professora e militante integralista na cidade de Barbalha, no Ceará. Samuel Pereira de Souza (2007), em sua dissertação de mestrado, resgata as práticas cotidianas e as memórias dos integralistas na cidade de Barbalha. E nesse contexto, é pertinente ressaltar que Letícia Lima foi diretora do departamento feminino na cidade de Fortaleza e acabou se casando com Pio Sampaio, chefe integralista na cidade de Barbalha.

Em consequência da união, Letícia muda-se para a cidade do esposo e lá continua a militância no movimento do Sigma, dando exemplo de ardor pela causa. Como apontou Antônio Gondim Sampaio em seu depoimento:

Letícia Lima trouxe um gás para o movimento da cidade. Ela era a locomotiva incansável, convicta. Quase que diariamente vestia a sua camisa verde. Muito bonita, falava bem, empolgava todos os que estavam a sua volta, não apenas por sua beleza, mas também por sua eloquência...Sempre fazia conferência sobre o Integralismo (1997, p. 80)

Como o movimento integralista se fez presente em todo o Brasil e possuía uma rígida organização em relação aos papéis dos sujeitos, mulheres de todo o país tinham o

⁸ “A mocidade nordestina de modo algum poderia ficar indiferente. E muito menos alunos da Faculdade de Direito do Recife. Esta escola, que certa vez ouviu proclamar a morte da metafísica (...) precisa torna-se uma célula vivíssima desse grande movimento de renovação política social e espiritual”. *Diário de Pernambuco*. Quinta feira, 24 de Novembro de 1932.

⁹ *Jornal Ação*. Quinzenário de propaganda integralista. Recife, 30 de Setembro de 1934.

¹⁰ *Jornal Ação*. Quinzenário de propaganda integralista. Recife. 10 de Novembro de 1934.

hábito de discursar em público para que servissem de exemplo e instigassem a entrada de mais pessoas.

Havia, na cidade do Recife, diversas sedes do movimento espalhados por bairros como Santo Amaro, Afogados, Pina, Cordeiro, Olinda, Beberibe, Campo Grande, Torreão, Encruzilhada, Mustardinha, Estrada dos Remédios, Areias, Tejipió e Caxangá¹¹, as quais eram chamadas de núcleos distritais, e um Departamento Feminino que contava como chefe a senhora Maria de Lourdes Mousinho e como chefe do Gabinete, D. Maria do Carmo, que, juntas, coordenavam as atividades voltadas para as mulheres e crianças, sendo essas atividades sempre respaldadas pelo discurso integralista. Segundo Plínio Salgado (1947, p. 55), é um absurdo a mulher não ser instruída, perdendo na civilização burguesa e sem Deus todos os fundamentos da sua eficiência mental e da sua grandeza moral.

Segundo o regulamento da SNAFP (Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos), faz-se necessário criar uma consciência feminina de acordo com os princípios integralistas e uma atividade que desperte a habilidade da mulher brasileira para o cumprimento da sua missão na família e na pátria, sendo assim, o trabalho era permitido em casos excepcionais. A mulher integralista ocupava os espaços públicos que lhe eram permitidos, podendo exercer funções como telefonista, datilógrafa, enfermeira e secretária, trabalhos que eram bem vistos pelo movimento, sendo a educação valorizada através de cursos que possibilitassem novas ocupações, pois havia mulheres que precisavam trabalhar para se sustentar no movimento integralista pernambucano. Eram oferecidos cursos de Sociologia, Filosofia e Pedagogia. Recebiam orientação de Alfabetização, enfermagem, puericultura, datilografia, culinária, corte e costura, boas maneiras, contabilidade caseira e economia doméstica¹².

Cada província possuía o departamento municipal de pesquisas com as seguintes seções, conforme a capacidade local: Sociologia, Economia Política, Direito Corporativo, Finanças, Economia Social, Antropogeografia, Pedagogia, Etnografia, História e Viação¹³.

O movimento integralista se utilizou dessa cultura para legitimar e aperfeiçoar os cuidados das mulheres com o lar. Na seção de educação, havia a educação doméstica com a seguinte definição: “é a arte de empregarmos os recursos que a providência nos concede para a utilidade e o bem estar da família¹⁴”. Os meios eficazes que a educação doméstica instrui são:

1. Juntar algum capital mediante o trabalho e a economia;
2. Aproveitamento das energias com inteligência e tática pela experiência e conhecimentos recebidos;

¹¹ Prontuário Funcional nº 4938. Delegacia de Ordem Política e Social. DOPS. APEJE.

¹² Prontuário Funcional nº 5996. Delegacia de Ordem Política e Social. DOPS. APEJE.

¹³ Prontuário Funcional nº 4938. Delegacia de Ordem Política e Social. DOPS. APEJE.

¹⁴ Departamento Nacional Feminino. Seção de Educação. Prontuário Funcional nº 5996. Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS. APEJE.

3. Concertos [sic] dos negócios caseiros pela indústria e atividade doméstica;
4. Embelezamento do lar segundo o bom gosto da dona de casa;

Nessas instruções, as mulheres deveriam se empenhar ao máximo para manter a ordem dentro de casa. Economizar o quanto pudessem aproveitando as energias de acordo com os conhecimentos recebidos, já que elas seriam instruídas a conduzir as atividades da casa. O lar era considerado um grande santuário da mulher, tanto que em alguns momentos a mulher seria chamada de “rainha do lar e da nação”.

Através da análise de toda a documentação do movimento integralista encontramos muitos perfis de mulheres incompletos. Geralmente as informações encontradas são nome, cidade, idade, estado civil e profissão, mas nem todas apresentam todos esses pontos. Temos conhecimento de qual núcleo integralista ela participava, pois a documentação estava organizada por localidade, sendo encontrada essa identificação. Na cidade de Afogados, da Ingazeira, a chefe do Departamento Feminino, a senhora Maria Mamede, tinha 37 anos, era casada e doméstica¹⁵. Muitas mulheres eram domésticas e, na sua maioria, casadas, perfil bastante exaltado pelos integralistas.

O trabalho doméstico resiste às evoluções igualitárias. Praticamente, nesse trabalho, as tarefas não são compartilhadas entre homens e mulheres. Ele é invisível, fluido, elástico. É um trabalho físico, que depende do corpo, pouco qualificado e pouco mecanizado apesar das mudanças contemporâneas. O pano, a pá, a vassoura, o esfregão continua a ser os seus instrumentos mais constantes. (PERROT, 2007, p. 115)

Dessa maneira, para cada faixa etária e sexo as atribuições eram diferenciadas dentro do movimento. As funções e tarefas de homens e mulheres diferiam de acordo com seus sexos. Aos homens cabia a direção dos departamentos, proferir os grandes discursos em defesa da AIB, manter a família em tudo que fosse necessário para que a mulher não fosse a rua trabalhar. Já as mulheres deveriam ter em mente o seu papel indispensável na direção da família, ser instruída e educada para ter condições de criar e conduzir os futuros filhos da pátria. Os homens deveriam estar dispostos a sacrificar sua própria vida pela causa integralista. Já as mulheres deveriam colocar sua “natureza” feminina em prol do bem-estar de todos. Isto porque havia uma concepção do que seria o papel dos gêneros feminino e masculino dentro das fileiras da AIB que designava um entendimento do que era o homem e a mulher:

Como o integralista entende o Homem

O integralismo entende o homem como um ser de tríplice aspiração: material, intelectual e moral. Essas aspirações devem ser satisfeitas dentro dos limites impostos pelo imperativo da harmonia social (CARTILHA DO INTEGRALISTA).

¹⁵ Prontuário Funcional nº 4938. Delegacia de Ordem Política e Social. DOPS. APEJE.

Qual o papel da mulher no Estado Integral?

Para responder a essa *these* temos que afirmar preliminarmente, os seguintes princípios integralistas?

1º a mulher não é nem superior nem inferior ao homem, porém é diferente (sensibilidade, coração, intuição, etc):

2º o homem e a mulher biologicamente se completam: sentimentalmente se harmonizam: moralmente se identificam: intelectualmente se unem, por uma aspiração comum (SCHEMA DAS THESES A SEREM DESENVOLVIDAS).

No homem eram exaltadas suas qualidades que estavam atreladas à vida social pautada nesses três pontos: material, intelectual e moral. Ele deveria desenvolver, através de estudos e na convivência com outros integralistas, a sua intelectualidade e manter uma postura de respeito diante da sociedade. Já a mulher não era considerada em pé de igualdade com o homem, assumindo outros aspectos da vida social. A questão do “biologicamente se completam” está atrelada à composição do casal homem-mulher que posteriormente, após se unir, deveriam procriar, pois essa era uma das funções da mulher. Tanto que as mulheres eram incentivadas a educar seus corpos através da atividade física para evitar doenças para que pudessem gerar os futuros filhos da pátria (SIMÕES, 2009). Era uma das funções primordiais da mulher tanto que dentro da AIB havia a divisão de cultura física. No estado de Pernambuco não encontramos registros de tais atividades nos núcleos.

Considerada um ser frágil e relacionada ao lar e à família, a mulher assumia um papel de educadora e orientadora dos filhos dentro das pequenas famílias dos lares de cada integralista. A reunião das pequenas famílias formava a “Grande Família”, que era a Nação brasileira, segundo a doutrina do *Sigma* (Símbolo que representava o movimento), formando a “sociedade civil com fins culturais e políticos”. No âmbito nacional da “Grande Família” a mulher deveria manter o mesmo papel que lhe cabia em cada pequena família integralista, formando um todo integrado de rede de entrelaçamentos entre o ser mãe, esposa e *pliniana*.

As mulheres deveriam utilizar suas habilidades femininas em prol da construção de um novo modelo de nação, cuja base central era o primado da família tradicional. Desta maneira, a disposição feminina tinha por meta a construção de uma nova *Nação Integral*, relacionando o espaço do lar aos espaços públicos. Entretanto, ainda que integrada na cena política, formando as milícias fardadas e participando dos desfiles públicos, a mulher jamais poderia esquecer seu lugar de mãe e esposa, nem deveria nunca competir com o homem. E, tendo necessidade da mulher trabalhar, ela não deveria esquecer-se das suas “virtudes femininas”. Plínio Salgado (1947, p. 61) lembrava sempre em seus discursos que era: “...imperioso, porém, que ela se lembre de que – acima da profissional – ela é uma criatura de Deus e é mulher”.

A senhorita Albertina Lagos era natural do município de Vitória de Santo Antão, tinha 31 anos, solteira, professora e chefe do departamento feminino na referida cidade.

Como já foi apontado, era comum as chefes dos departamentos proferirem discursos em público ou mesmo escrever nos meios de comunicação local. Havia, em Vitória de Santo Antão, uma divisão de assistência social, intitulada bandeirantes de caridade.

BANDEIRANTES DE CARIDADE¹⁶. Julgo que esse nome deveria ser mudado por estabelecer confusão com as bandeirantes (girls-guides), cujo fim é outro. Os serviços das bandeirantes são inúmeros; deve-se portanto escolher para os mesmos, gente moça, forte e disposta, o sendo possível com algumas noções de enfermagem e que tenha necessariamente, pelo menos, noções de nossas leis de assistência social.

Nesse serviço as bandeirantes de hygiene infantil, escolar ou pre escolar, tem a seu cargo encaminhar as crianças aos lactários e dispensários e devem, portanto, conhecer quais os hospitais que aceitam crianças e com que idade; onde estão os dispensários de hygiene infantil ou de pediatria; onde é a assistência hospitalar e conseguir ali guia de internação para os nossos.

A chefe do departamento de Vitória de Santo Antão, na ocasião do primeiro congresso provincial feminino realizado na cidade de Caruaru, oferece um poema em homenagem ao chefe nacional Plínio Salgado.

Dedicatória[sic]¹⁷

Ao queridíssimo Chefe Nacional – D. Plínio Salgado como lembrança do nosso “Primeiro Congresso Provincial Feminino” realizado na cidade de Caruarú dos dias 22, 27 e 28 de junho de 1936, ofereço os meus versos distribuídos de métrica e de estilo mas inspirados na sublimidade grandiosa desta causa que ora empolga a decadente porém esperançosa nação brasileira – A Ação Integralista.

Albertina Lagos.

C.M.D.F

A participação das mulheres do estado de Pernambuco no movimento integralista deveria seguir preceitos que estavam presentes em departamentos femininos de todo o país. Apesar de ter sido um movimento formado por intelectuais, tinha a pretensão de atingir as massas, pessoas simples que poderiam enxergar nas ideias a melhoria das suas condições de vida. A cidade de Vitória de Santo Antão possuía muitas militantes que eram lavadeiras e que poderiam ter acesso às primeiras letras dentro desses núcleos, mas esse ensinamento traria a doutrina integralista. Sendo assim, seria exaltado que a casa era o seu lugar de sucesso: obter um casamento, ter filhos e educá-los.

¹⁶ Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Pliniana. Departamento Nacional Feminino. Divisão de Acção Social. Dispensários e Bandeirantes. Prontuário Funcional nº 5996. Delegacia de Ordem Política e Social. DOPS. APEJE.

¹⁷ Prontuário Funcional Nº 5996. Delegacia de Ordem Política e Social. DOPS. APEJE.

Direitos e deveres das “Blusas Verdes” na AIB: “A mulher tem deveres do seu sexo e direitos da sua vocação”¹⁸

O “*Schema das theses a serem desenvolvidas*” é um documento que foi elaborado pelo movimento integralista e distribuído pelos núcleos de todo o país. Sua finalidade seria apresentar para as blusas verdes o papel da mulher no movimento integralista e dentro do Estado Integral. A mulher deveria seguir uma série de regras, o espírito cristão deveria estar em primeiro lugar. “Antes, pelo contrário: a mulher ilustrada, mas sem formação moral e religiosa, torna-se mais incapaz do que uma camponesa analfabeta de defender os seus legítimos interesses tão intimamente relacionados com a sua honra” (SALGADO, 1947, p. 59). A mulher é considerada como tendo uma passividade inerente do seu sexo, sendo mais impulsiva.

Em muitas passagens, percebemos que a mulher é infantilizada nas palavras de Plínio Salgado. E apenas o sentimento religioso será considerado para as mulheres como tendo uma base segura. Já os homens esses sim podem ser ateus ou materialistas que conservam o autodomínio em relação aos costumes, mas entre as mulheres é raríssimo ver-se uma irreligiosa mantendo seu teor moral. E ele completa: “isso não é sinal de inferioridade feminina, mas uma expressão do próprio sexo, isto é, o homem, em geral, fica no limiar das suas convicções, enquanto a mulher vai às últimas consequências”. (SALGADO, 1947, p. 60).

A mulher era vista como um ser frívolo já que se ela não tivesse a religião como pilar poderia perder a sua moral. O casamento e os filhos deveriam ser um caminho rente pelo qual as mulheres deveriam seguir segundo a cultura da época. Sueann Caulfield (2000, p. 120) aponta que:

O instinto maternal e a inibição sexual inata faziam com que a mulher “normal” fosse submissa e casta, ao passo que a fragilidade física e psíquica a tornava suscetível à contaminação física e moral. As mulheres eram naturalmente feitas para a vida doméstica, no qual constituíam a força moralizadora. O espaço físico era domínio dos homens, mais agressivos por natureza.

Esse era um discurso balizado tanto pelas capitais (OLIVEIRA, 2002), que tinham como pretensão moralizar a população dentro da moral e dos bons costumes, quanto pelo movimento integralista.

Como Plínio Salgado era um homem bastante católico, os seus escritos iriam seguir a tradição judaico-cristã onde a figura masculina prevalece como sendo a que vai conduzir os passos da mulher. Segundo Lemos (apud: ROCHA, 2005, p. 162):

¹⁸ Schema das theses a serem desenvolvidas. Sobre o papel da mulher no movimento. Prontuário Funcional nº 1066 – B. Delegacia de Ordem Política e Social. DOPS. APEJE.

A tradição judaico-cristã, que prevalece em nossa cultura Ocidental, tem apresentado a idéia de que o sagrado por excelência (Deus) é uma entidade masculina. Além disso, a forma privilegiada desse Deus se manifestar, a hierofania, é também masculina. Vejamos alguns exemplos: a imagem tradicional da divindade é a de um velhinho sábio; Esse cria primeiramente Adão para depois Eva; Eva peca e leva Adão a pecar também (além de não ter sido criada primeiro, Eva não merece confiança, é responsável por todos os males). De acordo com a tradição bíblica Deus se revela em Abraão, Isaac, Jacó, José, Moisés, Davi, Salomão, Josué etc, e a sua hierofania por excelência se dá em Jesus, também homem. Cadê as mulheres?

A maneira como a bíblia cria a figura feminina se estende e se legitima na sociedade ocidental. É a “natureza feminina” que afirmava que a mulher deveria ser mãe e que certos tipos de atividades eram prejudiciais à sua saúde. Dessa maneira, Couto (1994, p. 56) afirma: “Ao mesmo tempo que à mulher era atribuído o controle do lar, dela também esperava-se a fragilidade, a vibratilidade e a infantilidade, elementos inerentes a sua vitimização”. A questão da “natureza” feminina, logo é posta como maneira para justificar o comportamento feminino e homogeneizar as mulheres.

A sociedade elege alguns pontos de fragilidade e generaliza as mulheres as pondo dentro de casa e essas normas vão sendo repetidas até o ponto de naturalizar o comportamento dos sujeitos. São os discursos que repetem as normas e reiteram as práticas de exclusão, na qual o poder de fazer o que se nomeia não se faz da vontade do sujeito falante, mas esse poder emana da cadeia de reiteração (BUTLER, 2013, p. 446).

Quando se fala em deveres do seu sexo referindo-se à mulher, há uma série de normas que se encontra no “ser mulher”. Para o movimento, a mulher fazia parte de um sustentáculo familiar. Dessa maneira, qualquer função que ocupasse não poderia prejudicar sua função maior que seria a de mãe, esposa e dona de casa.

Tornar-se mãe era algo considerado como natural para as mulheres. O mito da maternidade foi uma construção social que remonta a anos, desde Santo Agostinho: “a história da construção da maternidade pode ser referendada também com os escritos de Santo Agostinho, pois este ajudou a solidificar a ideia de que a mulher representava um perigo para a vida ascética” (ROCHA, 2005, p. 86).

Ao longo da história,¹⁹ a mulher é tida como frágil e apresenta perigo se não fosse

¹⁹ Durante o período colonial essa normatização se encontra presente, “O outro instrumento utilizado para a domesticação da mulher foi o discurso normativo médico, ou ‘físico’ sobre o funcionamento do corpo feminino. Esse discurso dava caução ao religioso na medida em que asseverava cientificamente que a função natural da mulher era a procriação. [...] Ela deveria apagar todas as marcas da carnalidade e animalidade do ato pela imediata concepção. Daí serem malditas as infecundas, as incapazes de revestir com a pureza da gravidez a dimensão do coito. Daí também a importância do casamento em dar uma ordem e uma regra para a natureza, a priori corrompida”. DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no*

bem instruída, sendo assim, necessitava de cuidados especiais estando sob a tutela da figura masculina. E no século XX não é diferente, a mulher que ousasse transgredir a ordem em relação ao seu lugar social estabelecido seria punida. Os estudos de Rita Couto (1994) apresentam de maneira clara como o discurso eugênico era utilizado para manter esse *status quo* de santidade, legitimando a figura da “santa-mãezinha”²⁰. “O modelo do gênero feminino manteve a essência mítica herdada do período colonial, mesclando-se, todavia como visão científica da eugenia” (COUTO, 1994, p. 55).

Rita Couto ainda nos apresenta casos classificados como degeneração atípica ou moral, mulheres adúlteras eram internadas em sanatórios ou então, se as mesmas se relacionassem com pessoas de classe social inferior, seriam enclausuradas. Ela afirma que esses espaços eram também reguladores das relações sociais, podendo significar exclusão ou tentativa de normalizar as pessoas que rompessem os parâmetros instituídos pela sociedade.

Para o movimento integralista a maternidade era tida como uma missão, dessa maneira, “Logicamente, toda a ação da mulher no meio social, desde os círculos da família até os mais amplos círculos da vida colectiva, tem de proceder daquela função” (SALGADO, 1947, p. 73). Mesmo que a mulher não tenha filhos por algum motivo, sua conduta e seu comportamento devem se pautar por esse papel maternal.

Maria Freire (2006, p. 136) afirma que se há uma unanimidade entre os juristas, militantes do movimento feminista, colaboradores das revistas femininas, era em torno da maternidade que deveria ser mantida independente da sua função social. Havia uma defesa em relação à participação da mulher na sociedade de maneira mais incisiva, mas a mulher não poderia esquecer-se de sua verdadeira vocação materna.

Em relação ao mito do amor materno, a autora Elisabeth Badinter na sua obra *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (1985) desconstrói essa naturalização em relação à maternidade. As épocas constroem seus discursos e com a maternidade não foi diferente, construindo esse sentimento como algo inerente à mulher.

Era o discurso da felicidade e da igualdade que as atingia acima de tudo. Durante quase dois séculos, todos os ideólogos lhe prometeram mundos e fundos se assumirem suas tarefas maternas: “Sedes boas mães, e sereis felizes e respeitadas. Tornai-vos indispensáveis na família, e obtereis o direito da cidadania” (BADINTER, 1985, p. 146).

É como se, no papel de mãe, a mulher fosse adquirir um respeito e prestígio que antes da maternidade não obtivera. Elisabeth Badinter vai afirmar que foram necessários três discursos para que as mulheres voltassem a conhecer as doçuras do amor materno. Nem todas as mulheres foram sensíveis aos argumentos utilizados na França do século XIX em

Brasil colônia. São Paulo: UNESP, 2009. p. 24-27.

²⁰ Idem, p. 23.

relação a esse lugar. O primeiro foi o discurso econômico baseado na demografia, visando o aumento populacional e a produção de riquezas. O ser humano seria uma provisão preciosa para o Estado, não só porque produz riquezas, mas pelo poderio militar. O segundo foi a ideia de igualdade e felicidade individual que a maternidade vai produzir na mulher.

No que concerne à igualdade, parece que a filosofia da segunda metade do século se antecipou, e de longe, à prática cotidiana. É verdade também que ela militou mais pela igualdade dos homens entre si (igualdade das ordens) do que pela igualdade entre os seres humanos: o homem, a mulher e as crianças. E se poucas pessoas se interessam pela igualdade política do homem e da mulher, vê-se modificar a condição do pai, da mãe, e mesmo a da criança, no sentido de uma maior homogeneidade²¹.

A condição da mãe-esposa progrediu, mas em relação à mulher, não houve muitas mudanças. Houve duas razões para essa mudança no século XVIII, o casamento por amor e os homens queriam que a mulher desempenhasse um papel importante na família e junto aos filhos. Sendo esse lugar exaltado quando era conveniente desenvolver essas responsabilidades, pois a mulher não tinha autonomia diante das escolhas da sua vida.

E ainda: “No século XVIII, o amor-amizade parece compreender o carinho e mesmo uma certa busca do prazer. Isso só se explica se levamos em conta o aparecimento de uma nova concepção do casamento²²”.

A noção de felicidade é incluída nos arranjos familiares e a procriação vai adoçar a união e a maternidade abandona o caráter de obrigação assumindo uma atividade invejável e mais doce que a mulher possa esperar.

O terceiro discurso vai se dirigir diretamente às mulheres que serão elevadas ao nível de responsáveis pela nação: de um lado a sociedade precisa delas e lhes diz isso e, de outro as lembram o tempo todo da sua responsabilidade com a maternidade.

Durante mais de um século, foram utilizados constante e simultaneamente três tipos de argumentos que podemos resumir assim: “Minhas senhoras, se ouvirdes a voz da natureza, sereis recompensadas, mas se a desprezardes, ela se vingará, e sereis punidas²³”.

E esse discurso perdura, pois a presença e participação das mulheres são tidas como indispensáveis na condução da pátria, pois a educação dos filhos é obrigação delas.

Quando o movimento integralista em muitos momentos se refere à mulher como “rainha do lar e da nação”, atribui a ela alguns deveres. A mulher deveria combater a

²¹ Ibidem, p. 161.

²² Ibidem, p. 176.

²³ Ibidem, p. 181.

ostentação e o luxo, ensinar às crianças o culto aos heróis, elevar a dignidade do lar, enaltecer as virtudes domésticas, incrementar a bondade, a compaixão, a solidariedade humana sob todas as formas e incluir no meio em que vive o culto de Deus e da família²⁴.

Ser uma boa esposa é também um dos deveres cobrados da mulher, já que a edificação do lar e a manutenção dos bons costumes vão depender de quem dedica maior parte do tempo a esse espaço. O jornal *Anauê* (ANAUÊ, agosto de 1935 apud: BULHOES, 2007, p. 92) publicou na íntegra o decálogo da boa esposa, já mencionado anteriormente:

1. Ama a teu marido acima de todas as coisas, ama a teu próximo o melhor que puderes, mas lembra-te que a tua casa pertence a teu marido e não a teu próximo.
2. Considera o teu marido como hospede de distinção, como um amigo precioso e não como uma amiga à qual se contam os pequenos aborrecimentos da existência. Livra-te dessa amiga se te fôr possível.
3. Que a tua casa esteja em ordem e teu rosto sorridente, quando elle regressar do trabalho. Entretanto se elle não o notar imediatamente, não te aborreças: desculpa-o.
4. Não lhe peças o supérfluo para a tua casa; pede-lhe apenas uma habitação risonha, um pouco de espaço livre e tranquilidade para as creanças.
5. Que as creanças sejam sempre sadias e limpas: tu mesma sê como ellas, sadia e limpa. Que elle sorria, vendo-vos e pense em vós ausente.
6. Lembra-te que o desposaste para a boa e má sorte. Se todo o mundo o abandonar, tu deverás conservar ainda a tua mão nas suas.
7. Se teu marido tem ainda a sua mamãe, lembra-te que nunca serás boa demais nem bastante dedicada para com aquella que o embalou nos braços.
8. Não peças a existência o que ella jamais pode conceder a ninguém: se fores útil, já és feliz.
9. Se a desgraça sobrevem, não desanimes e não desesperes. Tem confiança em teu marido, e elle terá coragem por dois.
10. Se teu marido se afasta, espera-o. Mesmo se elle te abandonar, espera-o. Porque não és somente a tua mulher, tu és a honra de teu nome. E um dia elle voltara abençoando-te.

Segundo o decálogo da boa esposa, a mulher deveria acima de todas as coisas amar seu marido, como o movimento era marcado pelo catolicismo, depois de Deus ela deveria amar seu marido. Mas ainda dentro de casa a autoridade é do homem. O cônjuge não deve ser aborrecido com as pequenas coisas do cotidiano. O lar deve estar em ordem e a mulher com um sorriso no rosto e, se ainda ele não notar, a mulher não deve se aborrecer. O decálogo da boa esposa delineia dez pontos para que a mulher seja uma boa companheira, mas em momento nenhum o seu bem-estar é ressaltado. O marido que é o provedor do lar deve ser servido de todas as maneiras, como se o papel atribuído à mulher não a

²⁴ Schema das theses a serem desenvolvidas. Sobre o papel da mulher no movimento integralista”. Prontuário Funcional nº 1066 – B. Delegacia de Ordem Política e Social. DOPS. APEJE.

considerasse como sendo importante. Nas palavras do decálogo, a mulher nasceu para servir “se fores útil, já és feliz”, e esse discurso perpetua e coloca a mulher num papel secundário na sociedade. O movimento integralista não afirma que a mulher é inferior ao homem, mas muitas das ideias que são divulgadas apresentam essas diferenças.

Segundo Chartier (1995, p. 43), “Inscrita nas práticas e nos fatos, organizando a realidade e o quotidiano, a diferença sexual (que é sujeição de umas e dominação de outros), é sempre construída pelo discurso que a funda e legitima”. Esse discurso, como foi citado por Mary Del Priore, está presente desde o Brasil Colônia e até na Bíblia a sujeição da mulher como sendo um ser de segunda classe.

Devemos ressaltar que as militantes do movimento integralista não eram desprovidas de poder. Elas o fazem a partir do seu lugar social, como aponta Certeau (1998, p. 101) “Tem que utilizar, vigilante as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia”²⁵, as representações do feminino se moldam e criam formas de resistência.

Dessa maneira o movimento integralista criou possibilidades para que as mulheres pudessem discursar, realizassem obras de caridade, o acesso aos estudos para que pudessem exercer melhor seu papel, sendo a todo momento lembrada de que a missão da mulher deveria estar permeada dentro do ambiente do lar. E o decálogo da boa esposa demonstrava quais normas as mulheres deveriam seguir para edificar seu lar e serem “boas” esposas.

Essa ideia da infantilização feminina mais uma vez está presente quando se fala no cuidado com a higiene das crianças e “tu mesma sê como ellas, sadia e limpa”. A mulher ainda aparece como a redentora, a que deve ficar ao lado do marido em qualquer circunstância. A esposa é comparada a sogra denotando certa rivalidade e competição. No item 8, a mulher é reduzida como se sua função fosse a simples utilidade de servir ao marido. O último item demonstra situações de abandono familiar, mas ainda sim a boa esposa deveria aguardar o retorno do seu cônjuge. Ainda que fosse rejeitada deveria ficar sentada esperando o retorno do seu marido.

Para que Ação Integralista Brasileira mantivesse os direitos de sua vocação que seria, “A mulher pode ser, portanto, cientista, artista, escriptora, technica e representar politicamente sua classe desde que tenha aptidões e vocações para tal, nunca, porém deixando de cumprir os deveres inherentes ao seu estado”²⁶. Dessa maneira:

Tanto o homem como a mulher têm direitos e deveres;
1º recíprocos;
2º para com a prole;
3º para com os semelhantes;

²⁵ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998. V. 1. 3ª edição.

²⁶ Idem.

4º para com a Pátria; e fundamentalmente;

5º para com Deus

Firmados estes princípios, temos a concepção cristã e integralista da mulher.

Apesar de ser permitido que a mulher desempenhasse funções na rua para o complemento do sustento, ela poderia desenvolver demais profissões se tivesse aptidões, mas não deixando de cumprir os seus deveres que seria o cuidado com os demais. Tanto que as mulheres eram responsáveis pela educação das crianças e os afazeres domésticos, cabendo ao homem o sustento do lar. O casal deveria incutir esse comportamento no seu cotidiano e, dessa maneira, alguns instrumentos foram criados para melhor instruir os papéis dos sujeitos dentro do movimento integralista. Para as mulheres havia a Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos²⁷ (SNAFP) em 1936, tendo como finalidade coordenar as atividades femininas, prestando sempre obediência e disciplina ao Chefe nacional, tendo as seguintes divisões: expediente, cultura física, educação, estudos e ação social.

Para que a mulher estivesse nas fileiras do movimento integralista, deveria assumir uma postura voltada para a família e o lar. A manutenção da família era considerada como um dos pilares para as blusas verdes. Em alguns momentos foi necessário romper as barreiras do “sacrossanto” lar e ocupar a rua sob um forte discurso ideológico convencendo outras mulheres do seu papel diante da nação.

No momento em que Plínio Salgado lança sua candidatura à presidência, as mulheres foram indispensáveis, pois tinham que educar os eleitores para votar. A participação das mulheres nesse momento foi primordial. Através da Secretaria Provincial de Organização Política, ocorreu o 1º Congresso Provincial Feminino²⁸, que se realizou na 2ª quinzena do mês de junho de 1936 no Recife, tendo como finalidade a conscientização das blusas verdes na campanha eleitoral.

A contribuição feminina seria útil na formação da educação dos jovens e das mulheres para a formação de uma nova consciência nacional. Não era negado à mulher o direito aos estudos, principalmente quando essa barreira impedisse que a mulher votasse. Estudar de acordo com a sua vocação, podendo exercer diversos tipos de funções, mas sem abandonar os afazeres com o lar e a família.

²⁷ O Departamento Nacional Feminino é um dos órgãos da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e da Juventude que tem por fim arregimentar, orientar e controlar as atividades femininas no movimento. Ação Integralista Brasileira – Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos. Prontuário Funcional nº 5996. Delegacia de Ordem Política e Social. DOPS. APEJE.

²⁸ Secretaria Provincial de Arregimentação Feminina e dos Plinianos. Prontuário Funcional nº 4938. Delegacia de Ordem Política e Social. DOPS. APEJE.

Considerações finais

A participação feminina foi muito importante já que, para construir a imagem de movimento de família, a mulher era peça fundamental. Era negado que homens e mulheres fossem sujeitos iguais. O movimento lembrava que homens e mulheres eram diferentes, nem superior e nem inferior. Sendo um o complemento do outro, mas esse complemento tinha limites. O sexo é um fator biológico e o gênero construído socialmente, mas até os nossos dias são utilizados como forma de manutenção dos papéis sociais limitando as pessoas a seguirem padrões estabelecidos. Quando as mulheres pernambucas tiveram a oportunidade de ingressar num movimento político da dimensão da Ação Integralista Brasileira, foram além do papel de mãe, esposa e dona de casa, elas puderam fazer parte de uma ação coletiva. Tiveram o poder de fala, da escrita, do exercício político, enfim, da comunicação em público, se lançando em outros espaços. Para os nossos dias e dependendo do posicionamento das pessoas em relação ao lugar da mulher na sociedade, esse lugar pode ser considerado como sendo de submissão. Vivemos com a visão de mundo do nosso tempo “abriu-se um divórcio entre a experiência própria que cada um tinha do seu passado e a imagem seca e abstrata que construía do passado do mundo” (ARIÈS, 2013, p. 74). A história nos convida a lançar possibilidades sobre determinado fato histórico, sendo os fatos reinterpretados e sendo lançado novos posicionamentos. É necessário afirmar que as mulheres têm uma história e que ela precisa ser narrada dando-lhe ordem e significado aos fatos. Essa participação feminina permitiu uma maior abertura política, como já fora citado, nos preceitos do movimento integralista proporcionando oportunidades e formas de liderança em diferentes espaços.

Artigo recebido em 08/07/2016

Aprovado para publicação em 14/11/2016

Referências

ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

BUTLER, Judith. Desconstrução e subversão: Judith Butler. *SapereAude*. Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 441-464 – 1º sem. 2013. Tradução: Magda Guadalupe dos Santos e Bárbara Bastos.

BULHÕES, Tatiana da Silva. *Evidências esmagadoras dos seus atos: fotografia e imprensa na construção da imagem pública da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2007.

BRASIL. *Código Eleitoral de 1932*. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: fev. 2013.

CAULFIELD, S. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Unicamp, 2000.

CARTILHA DO INTEGRALISTA. Prontuário Funcional nº 1066 – B. Arquivo Público Jordão Emerenciano. Departamento de Ordem Política e Social.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3ª edição. Petrópolis. Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu* (4), 1995, pp.37-47.

COUTO, Rita Cristina de Medeiros. Eugenia, loucura e condição feminina. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 90, 1994. p. 52-61. Disponível em
< <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/882.pdf>> Acesso em 03 de fev. de 2015.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. Editora UNESP, 2009.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)*. Tese de Doutorado em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, 2006. Disponível em <<http://www.fiocruz.br/ppghcs/media/freiremml.pdf>> Acesso em 03 de fevereiro de 2015.

JUSTIÇA ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imagens/fotos/professora-celina-guimaraes-vianna-primeira-eleitora-do-brasil>> Acesso em março de 2016.

LE MOS, Carolina Teles. *Religião, gênero e sexualidade: O lugar da mulher na família camponesa*. Goiânia: UCG, 2005 apud: ROCHA, Célia Vieira de Souza. Maternidade, gênero e religião: a devoção a mãe do Perpétuo Socorro. Universidade Federal de Goiás, 2005.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino. In. SEVCENKO, Nicolau. (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. República: da Belle époque à Era do Rádio. São

Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. *O bonde do desejo: o movimento feminista no Recife e o debate em torno do sexismo (1927-1931)*. Estudos Feministas, Florianópolis. Janeiro-Abril 2013.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. *Façamos a família à nossa imagem: a construção de conceitos de família no Recife (Décadas de 20 e 30)*. Dissertação de Doutorado em História da UFPE/CFCH. Recife, 2002.

ROCHA, Célia Vieira de Souza. *Maternidade, gênero e religião: a devoção à mãe do Perpétuo Socorro*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. Universidade Católica de Goiás, 2005. p. 86. Disponível em < http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=367> Acesso em 02 de fevereiro de 2015.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

SALGADO, Plínio. *Manifesto de Outubro de 1932*. Secretaria de Propaganda, 1932.

_____. *A Mulher no século XX*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1947.

SILVA, Giselda Brito. *As mulheres integralistas na década de 1930 em Pernambuco*. 2009. Apresentação em Evento Nacional.

SIMÕES, Renata Duarte. *A Educação do corpo no jornal A Offensiva (1932-1938)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, 2009.

SOUSA, Samuel Pereira de. *“Soldados de Deus e da Pátria”*: entre as práticas cotidianas e a construção da memória integralista em Barbalha-CE. (1933-1950). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Ceará. 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife, *SOS Corpo*, 1991. [Tradução: Christine Rufino Dabat & Maria Betânia Ávila.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

POSSAS, Lídia Vianna. As blusas verdes e as marchadeiras. Movimentos de mulheres e de participação política nos anos 30 e 60. *Revista Nuevas Tendencias en Antropologia*, nº 3, 2012, pp. 20-43.

PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER. *Mais Mulheres na Política*. 2ª Edição, 2015.